



## **Murmis e Portantiero: as origens do peronismo e a crítica às noções de populismo**

Tiago Soares Nogara<sup>1</sup>

### **Resumo**

Resenha do livro de Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero, “Estudios sobre los Orígenes del peronismo”, publicado em Buenos Aires pela editora Siglo XXI em 1971.

**Palavras-chave:** Peronismo, Sindicalismo, Populismo, Classes sociais, Argentina, Marxismo latino-americano.

## **Murmis y Portantiero: los orígenes del peronismo y la crítica a las nociones de populismo**

### **Resumen**

Reseña del libro de Miguel Murmis y Juan Carlos Portantiero, “Estudios sobre los Orígenes del Peronismo”, publicado en Buenos Aires por Siglo XXI en 1971.

**Palabras-clave:** peronismo, sindicalismo, populismo, clases sociales, Argentina, marxismo latinoamericano.

## **Murmis and Portantiero: the origins of Peronism and the critique of notions of populism**

### **Abstract**

Review of the book by Miguel Murmis and Juan Carlos Portantiero, “Estudios sobre los Orígenes del Peronismo”, published in Buenos Aires by Siglo XXI in 1971.

**Key words:** Peronism, Trade Unionism, Populism, Social classes, Argentina, Latin American Marxism.

A obra *Estudios sobre los Orígenes del peronismo*, de Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero, publicada pela primeira vez em 1971, foi um dos principais aportes das ciências sociais argentinas aos estudos sobre o sindicalismo e as classes sociais na América Latina. O debate fundamental no qual se insere a obra diz respeito aos estudos sobre as relações entre o

<sup>1</sup> Doutorando em Estudos Globais na Universidade de Xangai (上海大学). Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: tiagosnogara@gmail.com

operariado e os governos nacional-populares latino-americanos, recorrentemente tachados como “populistas”.

Baseadas principalmente nos estudos de Gino Germani, as explicações hegemônicas sobre a conduta dos trabalhadores nos casos dos governos “populistas” latino-americanos – como os de Vargas, Cárdenas e Perón – estariam nos resultados da industrialização tardia dos países da região. Tal atraso teria gerado uma diferenciação nas orientações políticas da classe trabalhadora: enquanto os estratos mais antigos, em grande parte influenciados pelos influxos da imigração europeia, teriam consistente consciência de classe, o novo operariado, gerado pelo êxodo rural, não teria esses mesmos pilares ideológicos, servindo de base para a ascensão do autoritarismo populista.

Nesse sentido, não seriam movimentações conscientemente calculadas ou de matiz ideológico que explicariam a adesão de grande parte da classe trabalhadora à defesa dos governos nacional-populares, e sim a debilidade estrutural que permitia um vínculo de manipulação entre as “massas” e o “líder”. Se por um lado os críticos do peronismo aderiram recorrentemente a essa tese, de forma a depreciar a base popular do oponente, o revisionismo nacional-popular peronista também reivindicou tal compreensão, mas glorificando os *cabezitas negras* como verdadeiros portadores da consciência nacional.

Desafiando estas interpretações, os autores apresentaram três hipóteses fundamentais: 1) o surgimento do peronismo teve intensa participação das organizações e dirigentes dos setores mais antigos do operariado, e não apenas de suas novas camadas; 2) não se pode caracterizar a participação operária nos movimentos nacional-populares como passiva ou com objetivos restritos ao curto-alcance; 3) a participação conjunta dos segmentos novos e antigos do operariado implicava num projeto social de relevante alcance, dando continuidade programática às reivindicações prévias das organizações sindicais – que já tendiam a aderir a alianças policlassistas mesmo na era pré-peronista.

Logo, a centralidade da análise residiria não no destaque à divisão da classe trabalhadora argentina entre velho e novo sindicalismo, mas na unidade desta ao longo do processo de acumulação capitalista sem redistribuição conduzido pela industrialização conservadora da década de 1930, a *Década Infame*. Neste período, a sociedade argentina teria passado por um processo de disseminação ampla de relações de produção capitalistas sem maior promoção de direitos sociais pelo Estado, gerando uma acumulação de reivindicações operárias não satisfeitas. Contrariando essa máxima, entre 1944 e 1946 os vínculos entre Perón e os sindicatos redundaram na implementação de políticas estatais que satisfaziam

importantes pontos destas reivindicações. Isso explicaria a posição da maioria dos sindicatos, tanto os velhos quanto os novos, de estabelecer uma política de alianças com um setor do aparato do Estado, ao tempo em que reforçavam sua mobilização com a criação do *Partido Laborista* – com pretensões de manter autonomia frente aos posicionamentos dos demais setores da aliança policlassista.

Na visão dos autores, o setor operário que aderiu ao peronismo não teria feito mais do que aprofundar a tendência já existentes no seio do sindicalismo da década de 1930, respondendo positivamente à receptividade de suas reivindicações programáticas. Assim, vários seriam os fatores estruturais que permitiram a formação da aliança de classes que sintetizou o peronismo: 1) o fato do bloco de poder da *Década Infame* não ser um bloco “puro” da oligarquia tradicional, mas uma aliança específica entre o setor mais privilegiado da oligarquia pecuarista e os proprietários industriais, favoráveis a uma industrialização de traços conservadores; 2) os pecuaristas de fora da coalizão dominante dos anos 30 tinham uma visão assertivamente contra a industrialização, e se organizaram por meio da *Unión Cívica Radical* (UCR) e do *Partido Demócrata Progressista* (PDP); 3) o crescimento da força de trabalho ocupada na indústria se deu num período de escassa assistência social prestada pelo Estado, gerando uma contradição entre acentuada repressão política e restrições na capacidade de consumo popular *versus* crescimento da organização sindical, devido ao aumento do emprego industrial e a necessidade de reivindicações de direitos; 4) o surgimento de um segmento de indústrias subsidiárias e de manutenção que enriqueceu rapidamente com a substituição de importações forçada pela Segunda Guerra Mundial, e que precisava de uma nova coalizão governante que impulsionasse suas demandas protecionistas; 5) de 1943 em diante, uma maior intervenção do Estado na economia, visando equilibrar interesses das classes sociais em prol da formação de uma nova coalizão.

Por um lado, a classe trabalhadora e suas organizações viram no atendimento de parte substancial de suas demandas uma tendência oposta daquela estabelecida ao longo da *Década Infame*. Por outro, as mudanças estruturais da sociedade fizeram ascender uma nova classe industrial que dependia da expansão do mercado interno e do protecionismo para satisfazer seus interesses. E necessitando de legitimidade política para o governo nascido do golpe militar de junho de 1943, parte da nova elite governante atendeu tais anseios, conformando um novo movimento que resultaria na posterior conformação do peronismo.

Consequentemente, a obra de Murmis e Portantiero constituiu esforço fundamental para a compreensão das principais questões estruturais que permitiram a ascensão do

movimento peronista. Primeiramente, ao assinalar a natureza da coalizão conservadora de classes que regeu a Argentina ao longo da *Década Infame*, demonstrando sua orientação industrializante e as cisões existentes no seio da oligarquia. Mas principalmente por desafiar as explicações tradicionais baseadas na noção de “populismo” dos escritos de Gino Germani, que tomavam como base as separações entre novo e velho sindicalismo, e insistiam em menosprezar o apoio consciente do operariado argentino ao peronismo.

Ao analisar minuciosamente as contradições entre forças produtivas e relações de produção argentinas em determinada época histórica, determinando como incidiram sobre os rumos das disputas e articulações entre as classes sociais, os autores prestaram grande contribuição ao estudo dos movimentos nacional-populares da América Latina. Sem dúvidas, uma obra a ser lida e relida, e que ainda guarda grande atualidade, na medida em que a adesão acrítica aos modelos contrapostos pelos autores segue embasando inúmeros estudos contemporâneos, e principalmente as críticas a todo e qualquer governo latino-americano que ouse satisfazer parte da agenda das organizações da classe trabalhadora.